

EIXO 1 – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

REGULAMENTO ESPECÍFICO:

SISTEMA DE APOIO A ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA

AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

N.º 1/AE/AC

Na sequência da assinatura do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global da Autoridade de Gestão do INALENTEJO na AMDE – Associação de Municípios do Distrito de Évora torna-se necessário operacionalizar o processo de candidaturas.

Nos termos do regulamento específico “Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”, a apresentação de candidaturas processa-se através de concursos, cujos avisos de abertura são definidos pelos Órgãos de Gestão competentes, sendo divulgados, para além dos meios legais estabelecidos, através do sítio na Internet do Programa Operacional Regional Alentejo 2007/2013, em www.ccdr-a.gov.pt/poaqren e do sítio na Internet do QREN (www.qren.pt).

O presente aviso para apresentação de candidaturas é definido nos seguintes termos:

1. Objectivos

O regulamento específico “Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”, visa, nomeadamente, a criação, requalificação e reconversão de áreas de acolhimento empresarial, elevando a sua qualidade e qualificação, racionalizando e dando coerência à rede regional e local deste tipo de espaços, bem como o apoio à gestão destas plataformas, nomeadamente no que respeita à oferta de serviços partilhados e, ainda, a promoção do empreendedorismo local.

2. Tipologia de operações a apoiar:

No âmbito do presente aviso de concurso, são susceptíveis de apoio as seguintes tipologias de operações previstas nas alíneas a) e b) do artigo 5º do regulamento específico “Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”, as quais foram objecto de contratualização com a AMDE, conforme Anexo I do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global:

o Áreas de Acolhimento Empresarial

- o Infra-estruturas físicas: Projectos de infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão de AAE, inseridos numa óptica de coerência, racionalidade e complementaridade no seio da rede regional e supra-municipal de AAE. Esta tipologia compreende, nomeadamente, edifícios e instalações, infra-estruturas físicas de uso colectivo tais como infra-estruturas viárias, de telecomunicações, de banda larga, de distribuição de água e energia, de recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;

- Empreendedorismo: Projectos estruturados de promoção de novas empresas, promovidos pelas entidades gestoras de AAE ou por redes institucionais que integrem, entre outros parceiros, as referidas entidades gestoras, excluindo o co-financiamento directo de projectos empresariais;
- Serviços Partilhados e Acções de Divulgação: Projectos que visem o reforço da capacidade de gestão e serviços partilhados no âmbito de AAE visando a capacitação e o reforço do potencial humano e a disponibilização de uma oferta de serviços otimizados às entidades utilizadoras deste tipo de infra-estruturas, bem como projectos de melhoria da capacidade de gestão das entidades gestoras de AAE, incluindo acções de benchmarking internacional e a participação em redes, associações e consórcios internacionais. Incluem-se ainda nesta tipologia programas de divulgação da AAE junto de potenciais utilizadores.
- **Intervenções na rede logística de 2.º nível:** Implementação ou reordenamento de áreas de actividade logística de 2º nível (não inseridas na rede nacional logística), envolvendo infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão da rede logística de 2º nível, inseridos numa óptica de coerência, racionalidade e complementaridade com a rede nacional logística, a rede regional de áreas de acolhimento empresarial o micro-abastecimento logístico das principais cidades do sistema urbano regional.

3. Beneficiários

As entidades beneficiárias do presente aviso são as previstas no Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global entre a Autoridade de Gestão do INALENTEJO e a Associação de Municípios do Distrito de Évora, ou seja, os seguintes municípios: Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa.

4. Âmbito territorial

Região NUT III – Alentejo Central.

5. Prazos e forma de apresentação de candidaturas

O prazo para apresentação das candidaturas decorre entre o dia 15/04/2009 e as 17 horas do dia 30/04/2009.

As candidaturas serão submetidas pela Internet, através de formulário electrónico disponível no sítio de Internet do INALENTEJO em www.ccdr-a.gov.pt/poagren. A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário ao sistema de informação e gestão do INALENTEJO.

6. Condições de admissão e aceitação dos beneficiários

São condições gerais de admissão e aceitação dos beneficiários as estabelecidas no artigo 10º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

São ainda estabelecidas no artigo 8º do regulamento específico “Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística” as seguintes condições específicas, relativas aos beneficiários:

- Comprovar que o objecto, as competências e a natureza das suas actividades são coerentes com os objectivos da operação.

7. Condições de admissão e aceitação das operações

São condições gerais de admissão e aceitação das operações as estabelecidas no artigo 11º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

São ainda estabelecidas no artigo 7º do regulamento específico “Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”, as seguintes condições específicas relativas às operações:

- Enquadrar-se nas Áreas de Intervenção e Tipologias de Operações previstas no artigo 5.º;
- Enquadrar-se, quando aplicável, nas orientações e prioridades definidas no Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), e em planos sectoriais e de ordenamento do território;
- Serem apresentados nos termos, condições e prazos fixados pela Autoridade de Gestão;
- Cumprir todos os requisitos administrativos formais relativos ao processo de candidatura;
- Não constituir candidatura financiada ou apresentada para financiamento a outro programa nacional ou comunitário;
- Respeitar os procedimentos legalmente exigidos em termos de contratação pública;
- Dispor, quando aplicável, de projecto técnico de engenharia/arquitectura aprovado nos termos legais e respectivo parecer sectorial;
- O beneficiário deverá demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções e previstas nas operações.

8. Data limite para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura

A comunicação aos promotores da decisão relativa à admissão e aceitação das candidaturas é efectuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o termo do prazo fixado para a sua apresentação.

9. Metodologia de apuramento do mérito da operação

A metodologia de cálculo para selecção e hierarquização das operações é baseada na avaliação de mérito da operação (MO), determinada através da seguinte fórmula:

$$MO = 0,50A + 0,20B + 0,30C$$

sendo que:

$$A = 0,30A1 + 0,25A2 + 0,25A3 + 0,20A4$$

$$B = 0,35B1 + 0,15B2 + 0,25B3 + 0,25B4$$

$$C = 0,30C1 + 0,20C2 + 0,20C3 + 0,30C4$$

em que:

A. Qualidade intrínseca da Operação

- A1. Coerência e razoabilidade do projecto para alcançar os resultados previstos com eficácia e eficiência - aspectos económico-financeiros, técnicos, de mercado, científicos, tecnológicos e organizacionais;
- A2. Qualidade do projecto em termos de infra-estruturas físicas e serviços de apoio às empresas e ao empreendedorismo;
- A3. Adequação do modelo de gestão e sustentabilidade económico-financeira;
- A4. Articulação com a rede regional e supra-municipal de AAE bem como com a rede de PCT (Parques de Ciência e Tecnologia) e outras infra-estruturas de apoio à competitividade.

B. Contributo para a criação e instalação de empresas na região

- B1. Contributo directo para a instalação e atracção de empresas;
- B2. Volume de emprego, em particular o emprego técnico qualificado, que se prevê criar;
- B3. Impacto sobre a competitividade das empresas e da região;
- B4. Adequação da oferta à envolvente empresarial regional e sub-regional bem como às prioridades estratégicas regionais.

C. Contributo para a política de coesão regional e de ordenamento do território

- C1. Enquadramento urbanístico e ambiental da AAE ;
- C2. Contributo para a disciplina da procura por solo industrial e geração de economias de rede e aglomeração;
- C3. Contributo para a dinamização de empreendedorismo local;
- C4. Contributo do projecto para a concretização das metas quantificadas estabelecidas para o Programa Regional.

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo a pontuação final do mérito da operação estabelecida com duas casas decimais.

Para efeitos de selecção, serão objecto de hierarquização as operações que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00.

10. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

As entidades intervenientes no processo de análise e decisão são a AMDE - Associação de Municípios do Distrito de Évora e a Autoridade de Gestão do INALENTEJO.

Na avaliação do mérito, a AMDE promove a articulação com as entidades indicadas pela Autoridade de Gestão do INALENTEJO cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou emissão de pareceres técnicos especializados.

11. Calendário de análise e decisão

A comunicação aos beneficiários da decisão (favorável, desfavorável ou condicionada) relativa ao pedido de financiamento sobre as candidaturas admitidas e aceites, é efectuada até às 24 horas do dia 30 de Junho de 2009.

No decorrer deste processo podem ser solicitados ao beneficiário, esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados.

12. Prazo máximo de execução das operações

A execução de cada operação a apresentar no âmbito do presente Concurso deve estar concluída no prazo máximo de 30 (trinta) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato de financiamento.

13. Despesas elegíveis

De acordo com o artigo 9º do regulamento específico “Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística”, bem como do artigo 6º e anexo III do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, são elegíveis as seguintes despesas directamente relacionadas com as operações aprovadas:

- a) As despesas pagas pelos beneficiários entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, conferidas pelas datas dos respectivos recibos ou documentos probatórios equivalentes;
- b) As despesas relacionadas com cada operação que se enquadrem nas seguintes categorias:
 - i. Estudos, projectos, fiscalização, actividades preparatórias e assessorias;
 - ii. Trabalhos de construção civil, equipamentos, infra-estruturas tecnológicas, sistemas de informação e de comunicação;
 - iii. Acções imateriais;
 - iv. Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução da operação, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelo beneficiário e aprovados pela Autoridade de Gestão.

Sem prejuízo do estabelecido no artigo 7º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006 de 5 de Julho, relativo ao FEDER, bem como no artigo 6.º e Anexo III do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, **não serão elegíveis:**

- a) As despesas relativas a acções, projectos e operações que tenham sido desenvolvidas sem o respeito pelas regras e princípios aplicáveis, em particular os relativos a:
 - i. Regras de contratação pública;
 - ii. Legislação ambiental;
 - iii. Regulamentos de acesso e utilização de Fundos Comunitários;
 - iv. Princípios da concorrência e da igualdade de oportunidades.

- b) As despesas relativas a operações realizadas por administração directa;
- c) As despesas relativas a encargos gerais, com as excepções previstas no ponto 3, do Anexo III ao Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- d) As despesas relacionadas com a execução de trabalhos inicialmente não contratados, designados por “trabalhos a mais ou adicionais”, salvo se for evidenciado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável.

No caso dos projectos geradores de receitas, aplicam-se as disposições previstas no artigo 55º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho e no artigo 15º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, nos termos das quais, a despesa elegível não pode exceder o valor actualizado do custo do investimento depois de deduzido o valor actualizado das receitas líquidas do investimento durante um período de 10 anos.

14. Taxa máxima de participação

A taxa máxima de participação FEDER para as operações seleccionadas no âmbito do presente concurso é de 70%, sendo de 53% a taxa média contratualizada no âmbito da subvenção global.

15. Dotação orçamental

A dotação orçamental afecta ao presente aviso é de 9.200.000€ (nove milhões e duzentos mil euros) de financiamento comunitário FEDER.

16. Legislação relevante

- Regulamento CE nº 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- Regulamento CE nº 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;
- Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão;
- Regulamento Específico “Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística” aprovado por Decisão da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais.

17. Divulgação e informação complementar

O presente aviso e outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação, regulamentos e formulários, estão disponíveis no sítio na Internet do Programa Operacional do Alentejo 2007/2013 (em www.ccdr-a.gov.pt/poaqren) e no sítio na Internet do QREN (em www.qren.pt).

O conjunto de documentos a apresentar em suporte papel deverá ser remetido exclusivamente por correio postal registado até à data limite referida neste aviso para o seguinte endereço (esta data será confirmada pelo carimbo dos CTT aposto no envelope):

AMDE - Associação de Municípios do Distrito de Évora
Rua 24 de Julho, 1
7000-673 Évora

Évora, 9 de Abril de 2009